

RESUMO EXECUTIVO

SAÚDE: AGENDA PÓS-PANDEMIA

A saúde é elemento fundamental para o bem-estar da população, para a competitividade das empresas, para a sustentabilidade do sistema previdenciário e para o desenvolvimento socioeconômico do país.

No Brasil, a assistência à saúde envolve o Sistema Único (SUS), público e universal, e a Saúde Suplementar – planos e seguros privados de assistência à saúde, que se complementam para atender à população brasileira.

Esses sistemas têm sido desafiados a aumentar sua eficiência e efetividade diante das diferenças regionais de acesso, do envelhecimento populacional, do crescimento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e do aumento dos custos.

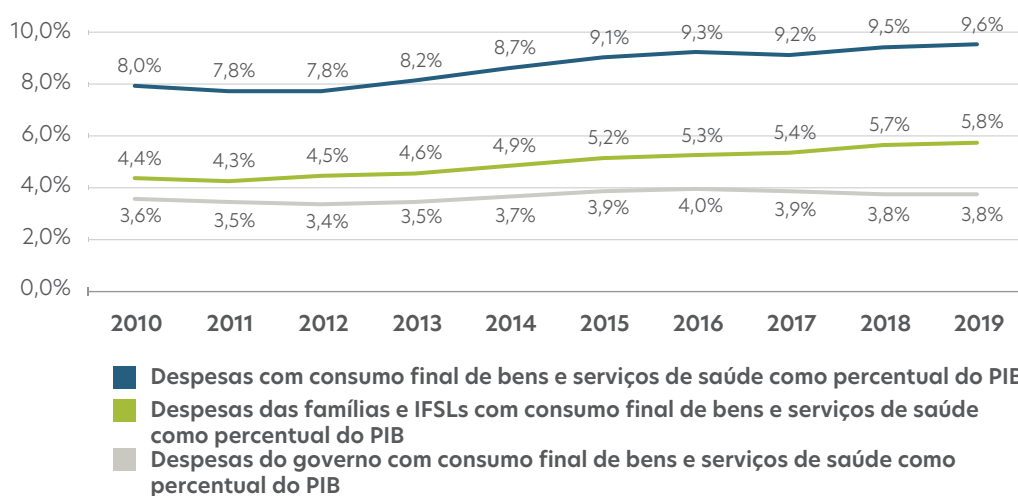
A pandemia de Covid-19 reforçou alguns desses desafios. Foram evidenciadas as diferenças nos

resultados de saúde entre regiões, estados e cidades e houve aceleração da transição demográfica brasileira, com expressiva redução da natalidade diante das incertezas trazidas pela pandemia.

Outra preocupação é a saúde de brasileiros em idade produtiva (20 a 59 anos), que – apesar de não ser foco de atenção específica – preocupa pela alta mortalidade, relacionada a violência e acidentes e pelo crescimento das DCNTs. A combinação desses fatores implica o aumento da sobrevida com incapacidades motoras, sensoriais e cognitivas e coloca o país em quarto lugar no ranking da OCDE de anos de Anos Potenciais de Vidas Perdidos (APVP).

Ao lado do financiamento à saúde, há uma escalada das despesas com saúde privada. As despesas privadas com saúde passaram de 4,4% para 5,8% do PIB entre 2008 e 2019, enquanto as despesas

Despesas com saúde e PIB, segundo setores institucionais (2010-2019)



Fonte: Conta-satélite de saúde – 2019 (Agência IBGE).

relacionadas ao SUS passaram de 3,6% para 3,8% do PIB no mesmo período.

Esse aumento no custo com a saúde privada é especialmente preocupante para a indústria, pois o setor industrial é responsável, parcial ou integralmente, pelo financiamento de 27% dos beneficiários de planos de saúde coletivos (10,8 milhões). Entre 2008 e 2021, o aumento de despesas com planos de saúde (513%) foi quatro vezes maior do que a inflação (124%) e tem elevado os custos de cuidados com trabalhadores das indústrias, sem a contrapartida da melhoria na qualidade e nos resultados.

A otimização do sistema de saúde requer uma abordagem multiprofissional, que envolva SUS

e Saúde Suplementar na assistência integral de pacientes (integração entre níveis de atenção primária, secundária e terciária), promoção de saúde e prevenção de doenças; ações conjuntas com empresas, quando envolver trabalhadores; troca de informações baseada no indivíduo, para a integração entre níveis de atenção nos serviços públicos, na saúde do trabalhador e na saúde suplementar; e inclusão das teletecnologias assistenciais como um dos pilares para a reorganização da cadeia de saúde.

Este documento apresenta propostas para o aprimoramento do sistema de saúde, de modo a torná-lo mais eficiente e adequado às necessidades da população.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

- Promover a articulação da Atenção Primária à Saúde - APS na esfera pública e privada, no que diz respeito a diretrizes e estratégias nacionais, intercâmbio de informações assistenciais, desenvolvimento de estudos e capacitação de recursos humanos.
- Priorizar a APS, com planejamento e alocação de recursos humanos e financeiros pelo SUS, além de promover a atuação integrada entre saúde suplementar, SUS e saúde do trabalhador.
- Garantir as cadeias de suprimentos de fármacos, medicamentos, vacinas, reagentes e equipamentos médico-hospitalares a partir de uma política de desenvolvimento produtivo, científico e tecnológico orientada por missões.
- Promover a regulamentação da Telessaúde, Integrada no âmbito público e privado, com foco na integração entre os diferentes níveis de cuidados, na operação das linhas de cuidados continuados e no aumento do acesso à saúde.
- Adequar o modelo de assistência à saúde à transição demográfica.
- Fortalecer a implantação de medidas previstas no Plano de Ações Estratégicas para Enfrentamento das Doenças e Agravos Não Transmissíveis no Brasil (2021-2030).
- Aprimorar os processos de disponibilização de dados aos usuários e contratantes de planos de saúde, para a adequada gestão da saúde populacional, em consonância com a LGPD e a Lei do Prontuário Eletrônico.



Veja as propostas na íntegra no documento, que pode ser acessado por meio do QR code ao lado ou em: <http://cni.com.br/eleicoes2022/propostas/>